

DEPUTADO FRANCISCO SALGOT CASTILLON

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1963.

Paginas 17 - 1a. coluna.

ASSUNTO: Eletrificação rural.

**O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, 4,35 da madrugada. Há muito tempo — e esta afirmativa não é para efeito domestico — eu não faço uma madrugada desta. E' o esforço concentrado que está a exigir dos Srs. deputados maior sacrificio. E aqui estou, colaborando com o esforço concentrado. Mas, Sr. Presidente, é a primeira vez que ocupo a tribuna para discutir um projeto na ordem do dia. É a minha estreia. Gostaria, portanto, de falar ao maior numero de deputados possivel.

Solicito uma verificação de presença, sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — Nobre deputado, estão presentes 43 Srs. deputados. Portanto, continua V. Exa. com a palavra.

**O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON** — Obrigado, Sr. Presidente.

Sou um apaixonado pela eletrificação rural. O serviço que mais me empolgou durante o tempo em que tive a honra de exercer o cargo de prefeito de Piracicaba, foi o da extensão da energia elétrica à zona rural. Com grande satisfação, com grande alegria, pude verificar, ao entregar o cargo de prefeito ao meu sucessor, que, durante os anos de minha administração em Piracicaba, mais de mil pequenas propriedades rurais tinham sido eletrificadas, mais de mil pequenas propriedades rurais, que representavam, quiçá, por baixo, 1000 famílias de lavradores, cinco mil dependentes, que podiam gozar do bem-estar, do conforto, da higiene, da saúde, da alegria e da felicidade que a energia elétrica costuma dar aos homens do campo.

Nós, os deputados do interior, sabemos bem como é triste a casa do sítiante ou do trabalhador rural, logo após o anoitecer, iluminada somente pela luz palida, tremida e fumegante das lampadas de querosene.

E as noites de doença ou de parto? Como são longas, difíceis e cheias de angustia nos sítios sem luz.

A esposa do lavrador com 30 anos parece ter 50. O rosto e o corpo marcados pelo sofrimento de uma vida sem conforto e sem esperança. A eletrificação para ela significa a libertação a de sua vida, escrava de atividades exercidas da forma mais primaria e mortificante. Eletricidade para ela representa a luz clara e brilhante das lampadas elétricas, agua encanada na cozinha, instalações sanitaria interna, ferro elétrico, radio e outros objetos e aparelhos que ela contempla enlevada nas casas da cidade. Eletricidade para ela representa uma vida normal, igual a dos seus sonhos de moça: ao anoitecer a familia reunida na sala, ela ouvindo radio, tricotando ou costurando; o esposo entretido na leitura do jornal ou fazendo o borrador de suas atividades diarias; os filhos, em volta da mesa, estudando as lições que trouxeram da escola ou brincando no ambiente claro e alegre do lar.

Compreendem os senhores deputados porque deixei a Prefeitura de Piracicaba, com a alegria, com a satisfação propria do homem que tenha cumprido o seu dever, graças a extensão da energia elétrica à zona rural, por ter podido melhorar as condições de vida de milhares de humildes e infelizes lavradores.

O primeiro projeto que apresentei nesta Casa foi dispendo sobre a eletrificação rural em todo o Estado, procurando extender os beneficios que pude dar aos municípes de Piracicaba, a todos os lavradores de São Paulo. Dirão os Srs.: então porque o deputado Salgot, que teve pela eletrificação rural, quando prefeito, um afetuoso carinho e que, como deputado, apresentou projeto estendendo esse afetuoso carinho a todos os rurícolas do Estado, não é favorável ou põe dúvida quanto a aprovação do projeto que está sendo discutido? Eu direi em resposta que si consegui eletrificar a zona rural de Piracicaba foi porque havia energia elétrica bastante para fornecer à zona rural. Para poder eletrificar a zona rural do Estado precisamos ter energia em quantidade suficiente para fornecer a essa zona rural.

**O Sr. João Hornos Filho** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON** — O ex-governador Carvalho Pinto encaminhou a esta Casa projeto de lei em que procurava obter recursos para evitar que o Estado viesse a sofrer crises como a que está sofrendo o Estado da Guanabara já em pleno racionamento. Pedia recursos, e justificava-os, dizendo que, devido ao desinteresse das concessionárias particulares, o Estado tinha de empregar cada vez maiores verbas para que ele pudesse produzir energia elétrica de acórdo com a demanda atual.

**O Sr. Scalamandrê Sobrinho** — V. Exa. permite um aparte?

**O Sr. João Hornos Filho** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON** — Tem o aparte o nobre deputado João Hornos Filho.

**O Sr. João Hornos Filho** — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do Orador) — Nobre deputado, ao tempo do Governo Janio Quadros estive nesta Casa lutando pelo mesmo ideal que V. Exa. defende agora na tribuna: a eletrificação rural. Posso lembrar-me dum caso tipico. Tratava-se da colonia Varpa, proxima à cidade de Tupã, na Alta Paulista, onde tenho inúmeros amigos. Naquela época propus eu uma formula para solucionar o problema da eletrificação rural naquele nucleo, onde tantos lavradores residem e lutam pela energia elétrica. Os obstaculos foram grandes. Passou o governo Janio Quadros, e eu não consegui fazer com que as lampadas se acendessem na cidade de Varpa. Veio o governo Carvalho Pinto. Começou a época das grandes hidro-elétricas, e lutei no sentido de que fosse conseguida a liberação da energia para Varpa, como também para inúmeras localidades rurais proximas às grandes cidades onde a energia já era distribuida. Somente agora, no final do governo Carvalho Pinto é que conseguimos fazer com que as lampadas se acendessem. Isso bem no fim do governo Carvalho Pinto, depois das eleições. Era o sonho daqueles lavradores. Mas pergunto a V. Exa.: com a aprovação da lei de meios que estamos discutindo, onde todas as hidroelétricas do Estado terão seus capitais regularizados, não será uma forma também deste governo fazer com que as lampadas se acendam nas casas dos pequenos lavradores que V. Exa. defende com tanto brilho? Sou daqueles que acreditam que com a rápida aprovação desta lei teremos dado um passo a mais para que a eletrificação possa cruzar São Paulo inteiro, dando energia para a zona rural do Estado, que é pequeno e pode ser atravessado pelas usinas elétricas num instante. V. Exa. defende a boa tese. Acredito também que a regularização dos capitais nas hidroelétricas é um passo inicial para que as companhias tenham o seu programa de desenvolvimento, e assim possam fa-

2  
zer o que deseja V. Exa. O ilustre prefeito de Piracicaba não poderia, como milagre, dar energia elétrica à zona rural da sua zona querida, mas poderia fazer com que as grandes usinas tivessem capitais enormes, para fazer frente aos grandes problemas da engenharia moderna e poder cruzar o Estado com energia elétrica em pouco tempo, que é sua brilhante tese.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — O nobre deputado João Hornos Filho perceberá que o meu discurso sobre eletrificação na discussão da lei de caráter financeiro tem a sua razão de ser, e que a estranheza que vou levantar agora é perfeitamente razoável. Em sua Mensagem o Governador Carvalho Pinto justificou o artigo 43 e 44, dizendo:

(Lê) "O crescimento da demanda e o retardamento da iniciativa privada no setor de produção de energia elétrica tem levado o Estado a uma participação intensa nesse setor, através de suas empresas de capital misto. Assim, no Vale do Rio Paranapanema, Rio Tietê, Rio Pardo e Rio Paraná, desenvolvem-se programas de operação e construção de usinas, que já estão suprindo e irão suprir as necessidades do mercado, permitindo, assim, a manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico.

Em defesa dessa necessidade fundamental do Estado, é que estou cobrindo, assim, as despesas constantes, não só dos orçamentos elaborados, como ainda dos reajustamentos de grande monta a que obriga a conjuntura inflacionária.

Em defesa dessa necessidade fundamental do Estado, é que as empresas carecem de recursos, os quais só podem ser fornecidos mediante aumentos de capital social. Esses recursos, somados àqueles provenientes das receitas próprias virão possibilitar a execução do programa previsto para os próximos anos, assegurando não só o suprimento de energia elétrica de nosso Estado, como também de regiões circunvizinhas.

Em decorrência da execução da providência ora alvitada, terá o Departamento de Águas e Energia Elétrica de empregar maior soma de recursos financeiros que a limitada no parágrafo único do artigo 62 da Lei n. 6.786 de 1952, razão pela qual se propõe, também, nova redação a esse dispositivo legal".

A minha estranheza provém, Sr. Presidente e Srs. deputados, do fato de que ao estudar a mensagem do ex-Governador Carvalho Pinto, e ao compará-la com o substitutivo apresentado pelo nobre e ilustre deputado Amaral Gurgel notei que a vontade do atual governo, através do substitutivo do Relator Especial, não é aumentar a produção de energia elétrica nas bases propostas ao ex-Governador. Qual não foi o meu espanto ao verificar que o atual Governo não está querendo acompanhar a curva ascensional de progresso da administração estadual passada no setor de energia elétrica. Qual o meu espanto ao perceber que o Governo do senhor Ademar de Barros não está sentindo a crise de energia elétrica que se avizinha. Perguntarão: mas por quê? É só comparar os artigos 43 e 44 da mensagem original com o artigo 28 do Substitutivo.

O governo Carvalho Pinto, ante a demanda de energia elétrica no Estado de São Paulo, achava necessário um crédito de 14 bilhões e 70 milhões de cruzeiros, destinados à subscrição do aumento de capital da Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, das Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. e da Bandeirantes de Eletricidade S.A., com vigência até 31 de dezembro de 1953.

Achava S. Exa. o Sr. Governador necessário aplicar esses 14 bilhões em um ano, e justifica quase desnecessariamente. Precitaria ser justificado o quanto o Estado de São Paulo está precisando de maior produção de energia elétrica? É por isso eu disse que o meu preâmbulo sobre a eletrificação rural estava bem ligado à matéria.

O Sr. João Hornos Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — Temos ainda 300 mil propriedades rurais para eletrificar. O nobre deputado Avalone Júnior fez referência a municípios que ainda não possuem energia elétrica. O Governador Carvalho Pinto, que tinha o bom costume de planificar, achou, em outubro do ano passado, necessários 14 bilhões para serem aplicados em 1963. Vem o atual governo — e a minha estranheza acho que será de todos — e conclui absurdamente que para a demanda atual de energia elétrica do Estado precisam ser aplicados os mesmos 14 bilhões, mas não em um ano e sim em três anos, até 1965.

Isso vem demonstrar que a curva ascensional de produção de energia elétrica será sustada.

O Sr. João Hornos Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado, sem querer contestar V. Exa., porque somos da mesma opinião, achamos que a inflação afeta todos os nossos orçamentos, e as previsões orçamentárias devem ser corajosas. Concordamos com V. Exa. no que diz respeito...

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — V. Exa. concorda comigo em que o motivo da minha estranheza é justificável?

O Sr. Hornos Filho — É justificável. Entretanto, gostaria de lembrar o fato que está ocorrendo em nosso Estado. É necessário preparar não só as fornecedoras, as produtoras de energia elétrica. As grandes produtoras exigem um grande capital e um grande trabalho técnico para a distribuição de energia elétrica. E o que ocorre em nosso Estado é que temos algumas pequenas distribuidoras de energia elétrica e até pequenas produtoras em vésperas de serem abandonadas, por obsoletas, por antiquadas. Faz-se necessária a sua remodelação, a troca do seu equipamento, porque já são antiquíssimas, já estão fora dos tempos modernos. As vezes, pequenas redes distribuidoras, ao lado das grandes hidrelétricas, que não podem servir ao povo, porque as hidrelétricas passam com sua energia por sobre aquelas pequenas redes, para atingirem grandes distâncias, localidades onde exista rede suficiente. Então, é preciso que o governo cuide não só do aumento da produção das grandes hidrelétricas, mas também da encampação, da compra...

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — Concordo com V. Exa.

O Sr. João Hornos Filho — ...de todas as pequenas companhias esparramadas pelo Estado. Gosto das coisas concretas. Perto da sua terra, em Nova Odessa, há dois governos que venho lutando para que seja encampada aquela rede de distribuição de energia elétrica, feita pelos próprios habitantes daquela cidade. Mas não conseguimos que o governo encampasse aquela pequena rede, para ser remodelada e dar a energia elétrica àquele povo. Portanto, paralelamente ao capital para as grandes hidrelétricas, é necessário que tenhamos também capital para a compra das pequenas redes, para que o povo humilde da nossa terra disponha de energia barata. Caso contrário, passará por cima, nas linhas de alta tensão, atingindo outras localidades.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — V. Exa. acha que as verbas deveriam ter sido aumentadas?

O Sr. João Hornos Filhos — Paralelamente a essas verbas, deveriam existir outras verbas para a compra das pequenas distribuidoras.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — As verbas foram diminuídas, não em número, mas nos anos em que elas serão aplicadas. Pelo projeto original, supondo que elas fossem repetidas anualmente, teríamos até 1965, 3 vezes 14 bilhões e 70 milhões de cruzeiros. O substituto do nobre deputado Amaral Gurgel diminui de três vezes as verbas que o governo tem por obrigação de aplicar na produção e distribuição de energia no Estado de São Paulo. E o mais surpreendente é que outras verbas não ligadas à produção e distribuição de eletricidade em que também os prazos foram alongados, elas foram generosamente aumentadas. Será que isto vem provar que o governo Ademar de Barros não tem na devida conta a eletrificação do Estado? É a pergunta que faço.

Srs. deputados, principalmente, os que defendem com tanto ardor o substitutivo procurem dissipar a minha dúvida, tirem-me dessa perplexidade. Se a CAGESP e a CEASA, devido à inflação, têm necessidade de que essas verbas sejam realmente aumentadas, porque no setor da energia elétrica elas foram diminuídas?